

**PROCEDIMENTO SELETIVO  
DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços / Assessoria Técnica**  
**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO**

A **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008 e do Decreto nº 4.629/2020, resolve instaurar Processo Seletivo para contratação de estagiários de pós-graduação, observadas as disposições constantes neste edital.

**2.1 DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO**

1.1 Fica divulgado o gabarito e o espelho contendo as respostas da prova realizada, nos termos do Edital de Instauração do Processo Seletivo dos estagiários de pós-graduação da Procuradoria-Geral do Estado.

1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D

1.2 Fica a partir desta data iniciado o prazo de 2 (dois) dias corridos para impugnação do gabarito, nos termos do item 4.2.2. do Edital de Instauração.

1.3 A impugnação deverá ser encaminhada ao e-mail [grhs@pge.pr.gov.br](mailto:grhs@pge.pr.gov.br), com a identificação da questão recorrido, do recorrente e as razões de impugnação.

Curitiba, 11 de agosto de 2025.

**Rosane Ribeiro**  
Grupo de Recursos Humanos Setorial

## Espelho de Prova

Tendo como base a Lei Federal nº 14.133/21 e a jurisprudência dos Tribunais de Contas, responda fundamentadamente sobre o que se pede a seguir:

### Questão 01

O pregão é uma das modalidades de licitação previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diante disso, questiona-se: **(10 pontos – máximo 20 (vinte) linhas)**

- a) quando a Administração Pública deve adotar a modalidade pregão?
- b) quais são os critérios de julgamento que podem ser utilizados no pregão?
- c) quais são as formas de se realizar o pregão, e qual delas é preferencial?
- d) é possível a utilização do pregão para a contratação de serviços de engenharia? Explique.
- e) é possível contratar auditorias financeiras ou tributárias utilizando a modalidade pregão? Explique.
- f) o que é pregão negativo ou invertido?

**Resposta esperada:** O candidato deverá responder que: a) o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, sendo que os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; b) os critérios de julgamento são o menor preço e o maior desconto; c) o pregão pode ter duas formas: eletrônica ou presencial, sendo preferencial a forma eletrônica; d) sim, é possível a utilização do pregão para a contratação de serviços de engenharia, mas apenas para serviços comuns de engenharia. Os serviços especiais de engenharia e as obras não podem ser licitados por pregão; e) não, pois as auditorias financeiras ou tributárias são serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, o que impede a utilização do pregão; e f) o pregão negativo ou invertido é quando se utiliza como critério de julgamento o maior lance ou oferta, pois neste caso a Administração Pública deixa de pagar e passa a receber o dinheiro, invertendo a lógica tradicional da modalidade, em que se busca o menor preço. É utilizado, por exemplo, para a concessão de uso de bens públicos.

Itens	Pontos
Respondeu corretamente o item "a"	Até 2,5 (dois vírgula cinco) pontos
Respondeu corretamente o item "b"	Até 1,0 (um) ponto
Respondeu corretamente o item "c"	Até 1,0 (um) ponto

Respondeu corretamente o item “d”	Até 1,5 (um vírgula cinco) pontos
Respondeu corretamente o item “e”	Até 1,5 (um vírgula cinco) pontos
Respondeu corretamente o item “f”	Até 1,0 (um) ponto
Observou o limite máximo de linhas	Até 0,5 (meio) ponto
Correção ortográfica e clareza na exposição das ideias	Até 1,0 (um) ponto

**Questão 02**

A contratação emergencial está prevista no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo uma exceção à regra da licitação. Sendo assim, indaga-se: **(10 pontos – máximo 30 (trinta) linhas)**

- a) a contratação emergencial é uma hipótese de dispensa ou de inexigibilidade de licitação?
- b) quando é cabível a contratação emergencial? Cite, ao menos, dois exemplos de situações concretas que permitem a contratação emergencial.
- c) qual é o prazo máximo da contratação emergencial, e qual é o termo inicial da contagem desse prazo? É possível prorrogar os contratos emergenciais?
- d) uma mesma empresa pode celebrar contratos emergenciais sucessivos com a Administração Pública? Explique.
- e) o que é emergência fabricada? É possível a contratação emergencial nesta hipótese? Em caso positivo, qual conduta deverá ser tomada pela Administração Pública?

**Resposta esperada:** O candidato deverá responder que: a) é uma hipótese de dispensa de licitação; b) a contratação emergencial é cabível nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. São exemplos de situações concretas a pandemia de COVID-19, enchentes e inundações, situações que afetam ou paralisam serviços públicos essenciais de saúde, educação, segurança pública ou limpeza urbana, falta de merenda escolar ou de alimentação nas cadeias públicas, ausência de serviços de limpeza ou vigilância nas repartições públicas, entre outros; c) o prazo máximo é de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, sendo vedada a prorrogação dos respectivos contratos; d) não, pois a lei veda expressamente a recontração de empresa já contratada emergencialmente; e e) a emergência fabricada é aquela que decorre de desídia ou falta de planejamento por parte gestor público, que deixou de adotar a tempo as providências necessárias para a realização do procedimento licitatório. É possível a contratação emergencial nesta hipótese, conforme entendimento dos Tribunais de Contas, mas a Administração deve adotar as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, bem como deverá determinar a apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Itens	Pontos
Respondeu corretamente o item “a”	Até 0,5 (meio) ponto
Respondeu corretamente o item “b”	Até 3,0 (três) pontos
Citou corretamente ao menos 02 (dois) exemplos	Até 1,0 (um) ponto
Respondeu corretamente o item “c”	Até 1,0 (um) ponto
Respondeu corretamente o item “d”	Até 1,0 (um) ponto
Respondeu corretamente o item “e”	Até 2,0 (dois) pontos
Observou o limite máximo de linhas	Até 0,5 (meio) ponto
Correção ortográfica e clareza na exposição das ideias	Até 1,0 (um) ponto

**Questão 03**

Defina e discorra sobre “cláusulas exorbitantes”, identificando o seu fundamento jurídico e citando ao menos dois exemplos previstos na legislação nacional. (10 pontos – máximo 20 (vinte) linhas)

**Resposta esperada:** O candidato deverá indicar que as “cláusulas exorbitantes” são as regras que diferenciam os contratos administrativos dos ajustes de direito privado, e que são assim denominadas justamente por extrapolarem as cláusulas comuns do direito privado, pois não seriam nestes admissíveis, tendo em vista que atribuem poderes ou prerrogativas à Administração Pública, que a colocam em situação de superioridade em relação ao contratado, contrariando a regra da igualdade jurídica das partes do contrato, existente no direito privado. Derivam do princípio da supremacia do interesse público. Estão previstas no artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021. Exemplos: modificação unilateral dos contratos, para adequação às finalidades de interesse público; extinção unilateral dos contratos, nos casos previstos na lei; fiscalização da execução dos contratos; aplicação de sanções administrativas em caso de inexecução total ou parcial do contrato; ocupação provisória de bens móveis e imóveis, bem como a utilização de pessoal e serviços vinculados ao contrato administrativo; exigência de garantia de execução do contrato.

Itens	Pontos
Definiu e discorreu corretamente sobre as “cláusulas exorbitantes”	Até 4,0 (quatro) pontos
Indicou corretamente o fundamento jurídico	Até 1,5 (um vírgula cinco) pontos
Citou corretamente ao menos 02 (dois) exemplos	Até 3,0 (três) pontos
Observou o limite máximo de linhas	Até 0,5 (meio) ponto
Correção ortográfica e clareza na exposição das ideias	Até 1,0 (um) ponto